

Metafísica – Uma Introdução Contemporânea: Particulares Concretos

Michael J. Loux
(U. Notre Dame)

Continuação (2ª parte, envolvendo os caps. 3 e 6) do resumo de LOUX, M.J. (2002), *Metaphysics: a contemporary introduction*. 2ª ed. Londres: Routledge. Confeccionado por Osvaldo Pessoa Jr. para a disciplina FLF0469, Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência IV, USP, 2015 (feito inicialmente em 2006).

3. PARTICULARES CONCRETOS I: SUBSTRATOS, FEIXES E SUBSTÂNCIAS

3.1. Teorias de Substrato e de Feixe

[96: Resumo] [97] Tanto realistas de universais quanto nominalistas da teoria do tropo reconhecem a distinção entre particulares concretos e atributos. Até aqui, examinamos o debate a respeito da natureza dos atributos, mas agora estudaremos o debate sobre a natureza dos particulares concretos.

Um *particular concreto* é aquilo costumeiramente chamado de “coisa”, algo que não pode ser exemplificado [instanciado], mas que exemplifica vários atributos. [98] Geralmente o particular é limitado temporalmente: ele começa a existir em um certo momento, existe por um intervalo de tempo, e depois deixa de existir em outro instante. Os particulares são também seres contingentes, ou seja, sua não-existência seria possível. Além disso, eles estão sujeitos a mudança, possuindo atributos diferentes e incompatíveis em diferentes instantes do tempo. Por fim, ocupam uma posição determinada no espaço, e geralmente preenchem um volume do espaço.

O nominalista austero tende a ver um particular como não tendo uma estrutura ontológica, pois não possuiria atributos que fossem entidades separadas dele. Nas palavras de Armstrong (1989a, p. 38), um particular concreto seria (para o nominalista austero) uma “geleia” [*blob*], ou seja, uma totalidade sem estrutura, opaca à análise metafísica. Já o realista e o teórico do tropo consideram que para cada descrição diferente do particular concreto haveria uma entidade distinta – uma propriedade ou um tropo – que é exemplificada pelo particular e que está envolvido com a própria natureza do particular. “O seu ‘ser’ envolveria um complexo de diferentes elementos [*items*] estruturados de alguma maneira.” [99]

Para tratar desse tipo de estrutura, os metafísicos falam em “constituintes” [*constituents*] e “totalidades” [*wholes*]. (Os constituintes não devem ser vistos como partes físicas ou materiais.) Particulares concretos seriam totalidades ou complexos que têm, como constituintes, elementos ontologicamente menos complexos. Assim, uma caracterização ontológica envolveria a especificação dos constituintes e a identificação das relações entre estes.

Quais seriam os constituintes de um particular concreto. Em primeiro lugar os atributos (propriedades ou tropos). Haveria algo mais? De acordo com uma corrente

metafísica importante, sim: haveria um sujeito, um carregador ou possuidor dos atributos. Mas quem possui atributos não seria o próprio particular concreto? De maneira literal, não: o particular seria uma totalidade constituída de atributos e de um substrato que carregaria os atributos. [100]

Considere uma bola de bilhar vermelha. Ela tem diversos atributos: é vermelha, esférica, lisa, dura, pesa 100 gramas, etc. O substrato, que possuiria literalmente o atributo da esfericidade, não pode em si ser esférico: seu ser não tem forma.

Por outro lado, os diferentes atributos da bola são carregados por um único sujeito, um sujeito em comum. Esse sujeito não pode ser algo que não tenha relação com o particular concreto, [101] ele é um constituinte deste particular.

Qual a identidade deste sujeito? Considere um atributo *A* que não faz parte do particular em questão, mas poderia fazer. O sujeito *s* poderia ser o substrato de *A*, ele estaria “ontologicamente preparado” para este papel; mas, neste caso, se ele *poderia* carregar *A*, então ele teria que ter uma identidade diferente e independente de *A*. Portanto, a identidade de *s* não pode envolver nem os atributos da bola, nem os atributos não-possuídos que poderiam ser possuídos por *s*. Talvez, então, algum outro atributo *A'* figure na identidade de *s*. Mas, neste caso, a relação entre *s* e este atributo seria a de uma totalidade e um de seus constituintes. Mas, agora, se *s* é uma totalidade, deveria haver um substrato *s'* que carregaria *A'*, e assim por diante, numa regressão ao infinito! Esta regressão só poderia ser evitada se se admitisse que há sujeitos de atributos cuja identidade não envolve atributo algum. [102]

Os filósofos deram o nome de “substrato despido” [*bare substratum*] para este sujeito. Este substrato seria o possuidor literal dos atributos de um objeto familiar, mas em si ele seria despido de atributos. A relação entre o substrato e os atributos (propriedades exemplificadas, para o realista de universais, ou tropos possuídos, para o nominalista de tropo) forneceria a “cola ontológica” que constituiria a totalidade de um particular concreto.

Há uma discussão sobre se Aristóteles endossava a ideia de um substrato despido (ver *Metafísica* Z.3, 1029a22). [103] John Locke falava de um substrato como “algo do qual não sei” (1690, II.xxiii.6; ver tb. II.xxiii.2). Bertrand Russell (1911), num certo momento, defendeu um substrato por trás das propriedades, assim como Gustav Bergmann (1967, p. 24) e seu discípulo Edwin Allaire (1963).

Críticas intensas à teoria do substrato despido vêm de filósofos partidários de um programa empirista em ontologia. Segundo este ponto de vista, “as entidades básicas de uma teoria metafísica devem estar limitadas a coisas que podem ser os objetos da experiência direta ou imediata”. Ora, toda experiência direta, seja perceptual ou introspectiva, consiste da apreensão de algum atributo de uma coisa; assim, o pretendo substrato despido estaria para além do alcance da experiência. Alguns empiristas levam adiante esta crítica, concluindo que a afirmação de que há substratos despidos não é simplesmente falsa, mas é sem sentido.

Em troca, os empiristas propõem que se pode ter um relato perfeitamente satisfatório de particulares concretos que se baseie apenas nos atributos manifestados empiricamente. Um particular concreto seria nada mais do que um “feixe” [*bundle*], um “aglomerado” [*cluster*], uma “coleção” de atributos obtidos empiricamente através da percepção ou introspecção.

Mas qual seria a “cola ontológica” que congrega os diferentes elementos de um feixe? [104] Para o teórico do feixe, seria uma relação de “co-presença” [*compresence*] ou “co-localização” [*collocation*], que seria não-analisável ou ontologicamente primitiva. Tal

relação entre todos os atributos do particular seria contingente, o que explicaria a contingência dos familiares objetos concretos.

Berkeley (1710, § 1) defendia uma teoria de substrato para a mente, mas insistia que objetos físicos são apenas coleções de qualidades sensoriais. Hume (1739, Lv. I, parte I, seção vi) defendeu a teoria do feixe em ambos os casos. No início de sua carreira, Russell endossava a teoria do substrato, mas no final (1940, p. 93) ele aderiu à teoria do feixe, assim como A.J. Ayer (1954). Williams (1953, pp. 4-8) acoplou os tropos a uma teoria do feixe. Mais recentemente, Herbert Hochberg (1964) e Hector Castañeda (1974) aderiram à teoria do feixe.

Lembremos que todos esses filósofos concordam com os teóricos do substrato em negar que os familiares objetos concretos sejam ontologicamente fundamentais [ao contrário do nominalista austero]. [105] Defensores da teoria do feixe que são realistas de universais, como Russell, Ayer, Hochberg e Castañeda, dizem que no fundo só há universais, e não particulares. Particulares seriam apenas um feixe de atributos. Esta concepção pode ser encarada como a antípoda do nominalismo austero, para quem só há particulares concretos, sem estrutura. Ambas são ontologias de uma só categoria. Hume e Williams também teriam uma só categoria, mas ao invés de considerar um objeto concreto como um feixe de universais, o consideram um feixe de tropos (particulares qualitativos).

3.2. Uma Objeção à Teoria do Feixe – Discurso Sujeito-Predicado

É curioso que os partidários da teoria do substrato e da teoria do feixe [106] parecem considerar que essas são as duas únicas posições disponíveis para quem aceita que os particulares concretos tenham estrutura. Antes de apresentarmos uma terceira alternativa, examinemos algumas objeções à teoria do feixe.

Uma primeira objeção é que a teoria do feixe não acomoda nossa intuição pré-filosófica de que um objeto pode permanecer idêntico em meio à mudança. Como toda mudança envolve alteração dos atributos, e o que caracterizaria um particular seriam apenas seus atributos, então, em todo processo de mudança, um particular cessaria de existir para o surgimento de outro particular distinto. [107] A questão da persistência no tempo será estudada no cap. 6.

Uma segunda objeção é que a teoria do feixe não fornece um relato satisfatório do discurso com sujeito e predicado. Para a teoria do feixe, atributos não são possuídos por algo, mas simplesmente ocorrem. Falar de ocorrência de atributos é como falar do tempo: ‘chove’, etc. Mas, mesmo assim, é possível fazer o seguinte questionamento para o teórico do feixe. Considere o exemplo da bola vermelha, vista na seção anterior. Podemos dar o nome de ‘Sam’ para a bola, e escrever: ‘Sam é vermelho’, ‘Sam é esférico’, etc. [108] Duas questões são: [i] Nesses exemplos, supõe-se que cada atributo se relaciona a que entidade? [ii] Qual é a relação que haveria entre o atributo e a entidade em questão?

Uma primeira resposta seria que os atributos se relacionam ao *feixe* de atributos, e que a relação é tal que um atributo é um *constituente* do feixe. Mas, neste caso, o teórico do substrato retrucaria que as proposições envolvendo ‘Sam’ seriam tautológicas, já que ‘Sam’ é definido justamente como o feixe de todos os atributos em questão.

Assim, uma resposta mais adequada seria que os atributos se relacionam a uma *parte* do feixe de atributos, e a proposição ‘Sam é vermelho’ não seria tautológica se o mini-feixe definidor de Sam não incluir o atributo ‘vermelho’. A relação entre os dois seria

de co-presença. [109] No entanto, o defensor da teoria do substrato retruca considerando todas as sentenças da forma sujeito-objeto envolvendo ‘Sam’: cada qual se referiria a um mini-feixe diferente, o que vai contra a tese de que todas se referem ao mesmo particular.

O teórico do feixe poderia se defender dizendo que a teoria do substrato também não consegue definir o sujeito das sentenças envolvendo predicado. O substrato despido só poderia ser identificado a partir de seus atributos, por exemplo, ‘ser vermelho’ e ‘ser esférico’, e assim uma sentença como ‘Sam é vermelho’ seria tautológica. [110]

Uma defesa mais completa às críticas feitas pela teoria do substrato seria que a teoria do feixe não precisa acatar a *teoria da referência* pressuposta pelos partidários do substrato. De fato, Russell (1940, pp. 315-21) argumentou que podemos apreender um feixe e lhe dar um nome, sem precisar apreender seus constituintes, estratégia esta retomada por Saul Kripke (1972) em sua “nova teoria da referência”. [111]

Para a teoria do feixe, a identidade (ou “ser”) de um particular concreto é estabelecida por todos os atributos que o constituem (mesmo que se possa referir a este particular sem que se tenha apreendido seus atributos). Assim, toda sentença de sujeito-predicado associa ao particular um atributo que é *essencial* ou *necessário*: ou seja, se o atributo não entrasse na constituição do objeto, então o objeto não existiria (alguns teóricos do feixe tentam fugir disso, como Gasking, 1960, e Simons, 1994). Esta então é uma diferença central entre a teoria do feixe e a do substrato: na primeira, os atributos seriam necessários, ao passo que para a segunda seriam contingentes [a essência seria o substrato; ver porém p. 128, sobre o anti-essencialismo].

3.3. Outra Objeção à Teoria do Feixe – A Identidade dos Indiscerníveis

Uma segunda objeção é dirigida contra os partidários da teoria do feixe que consideram que os atributos dos particulares concretos sejam propriedades universais (e não tropos, como fazem os teóricos do feixe Williams, 1953; Charles Martin, 1980; e Campbell, 1990). Primeiro, argumenta-se que o teórico do feixe [112] deve aceitar o princípio da *Identidade dos Indiscerníveis* [*P.Id.Ind.*]; depois, que este princípio seria falso; consequentemente, a teoria do feixe seria falsa.

O *P.Id.Ind.* afirma que dois particulares com qualidades totalmente indiscerníveis [sem nenhuma diferença de atributos] têm identidade numérica [são um e o mesmo] [permanece aberta a questão de se todo atributo é observável; supondo que haja atributos não-observáveis, dois particulares “discerníveis” poderiam ser *observacionalmente* indistinguíveis]:

“(P.Id.Ind.) Necessariamente, para quaisquer objetos concretos, *a* e *b*, se para qualquer atributo, ϕ , ϕ for um atributo de *a* se e somente se ϕ for um atributo de *b*, então *a* é numericamente idêntico a *b*.”

A tese central da teoria do feixe [*bundle theory*] é a seguinte:

“(BT) Necessariamente, para qualquer entidade concreta, *a*, se para qualquer entidade, *b*, *b* for um constituinte de *a*, então *b* é um atributo.”

Nota-se o uso do termo “constituintes”, cuja composição forma a “totalidade” do particular. Segundo Loux, é um princípio regulador da ontologia [113] que dois objetos complexos, numericamente diferentes, não podem ter exatamente os mesmos constituintes. Este é o *Princípio de Identidade dos Constituintes*:

“(PCI) Necessariamente, para quaisquer objetos complexos, a e b , se para qualquer entidade, c , c for um constituinte de a se e somente se c for um constituinte de b , então a é numericamente idêntico a b .”

Ora, está claro que de (BT) e (PCI) segue-se *P.Id.Ind.* O teórico do substrato, porém, defende que *P.Id.Ind.* é falso, e como (PCI) deveria ser aceito por todos, conclui pela falsidade de (BT). Veremos abaixo o argumento pela falsidade de *P.Id.Ind.*

Mas, antes disso, é interessante ver como um defensor da teoria do feixe de tropos escapa da crítica. [114] Para este, dois particulares distintos sempre têm atributos diferentes (pois têm tropos diferentes), e portanto são sempre discerníveis, mesmo que sejam observavelmente semelhantes. Assim, a verdade de *P.Id.Ind.* seria uma trivialidade para o teórico do tropo. Note que, nesta discussão, dois tropos “discerníveis” podem ser qualitativamente [e portanto observacionalmente] indiscerníveis.

Já o realista de universais (que defende a teoria do feixe) não tem esta saída para o argumento. Para ele, indiscernibilidade qualitativa implica indiscernibilidade de atributos. A questão, então, gira em torno da veracidade de *P.Id.Ind.*: será que o princípio da identidade dos indiscerníveis é falso? Particulares concretos que sejam numericamente distintos podem ser qualitativamente indiscerníveis?

Considere Sam, a bola vermelha mencionada anteriormente (na p. 107). Considere agora outra bola, de nome Peter, que tem exatamente as mesmas propriedades observáveis de Sam. Nada parece impedir a existência de duas tais bolas. [115] Assim, os teóricos do substrato (Bergmann, 1967, pp. 22-4; Allaire, 1963, pp. 281-3) argumentam que *P.Id.Ind.* é violado: Sam e Peter seriam indistinguíveis, mas não são numericamente idênticos. (Max Black, 1952, também defendeu a violação de *II*, ao que respondeu A.J. Ayer, 1954).

Há duas defesas possíveis contra esta tese do teórico do substrato. Primeiro, pode-se argumentar que Sam teria de fato uma propriedade diferente em relação a Peter, que seria a propriedade de “ser idêntico a Sam” [a propriedade da hecceidade, elaborada por Duns Scotus, também denominada ipseidade ou, em inglês, *thisness*]. [116] Segundo, pode-se argumentar que Sam e Peter ocupam diferentes posições espaciais, e que portanto isso seria uma diferença de atributos entre eles, ou seja, eles seriam discerníveis.

Para neutralizar essas defesas, distingue-se entre propriedades puras e impuras. Uma propriedade *pura* não pressuporia o conceito de particular, ao passo que uma propriedade *impura* pressuporia um particular. A propriedade de ser “idêntico a Sam” claramente pressupõe um particular, então seria uma propriedade impura. Já a questão das posições espaciais é mais controversa. Numa visão “relacional” do espaço (a posição espacial seria dada apenas com relação à outros particulares), a posição seria uma propriedade impura, mas uma visão “absolutista” do espaço (poderia haver espaço sem a presença de matéria), talvez não. Mas, enfim, alguns argumentam que posição espacial seria uma propriedade impura.

Feita esta distinção, o teórico do substrato argumenta que apenas propriedades puras seriam consistentes com a teoria do feixe – pois os defensores deste ponto de vista *reduziriam* os particulares apenas a feixes de atributos, e não a particulares. Assim, “identidade a um particular” ou posição espacial não serviriam (para o teórico do feixe) como atributos que pudessem discernir dois objetos como Sam e Peter. Portanto, o princípio de identidade dos indiscerníveis (neste contexto) seria falso, e conseqüentemente também a teoria do feixe.

3.4. Um Argumento a favor da Teoria do Substrato

[117] O argumento exposto acima, contra a teoria do feixe que defende o realismo de universais (e que é inócuo contra a teoria do tropo), é visto como convincente “pela maioria dos metafísicos de hoje”, segundo Loux. Exceções são Albert Casullo (1984) e John O’Leary-Hawthorne (1995).

[118] Mas por que o teórico do feixe não poderia considerar as diferentes propriedades impuras de Sam e Peter como aquilo que os distingue? Porque propriedades impuras definem-se em relação a um particular, então pressupõem [ignorando a possibilidade de uma metafísica baseada exclusivamente em relações] a prévia caracterização do particular em termos exclusivamente puros.

O teórico do substrato que aceita o realismo de universais vê o argumento da seção anterior não só como uma dificuldade para o realista do feixe, mas também como um argumento a favor de seu ponto de vista. O que faria Sam e Peter distintos seriam constituintes diferentes de propriedades, seriam seus substratos despídos (que não envolvem propriedades). Anteriormente, os substratos foram introduzidos como “possuidores” dos atributos associados aos particulares concretos. [119] Neste segundo argumento, os substratos são introduzidos enquanto os constituintes dos particulares, explicando sua diversidade numérica. Em cada argumento, o substrato desempenha papéis diferentes. No primeiro, os substratos são os sujeitos dos atributos; no segundo, são o princípio da diversidade numérica de objetos concretos.

3.5. Problemas para a Teoria do Substrato

[120] O argumento básico que os teóricos do feixe apresentam contra a teoria do substrato é baseado no princípio metodológico do empirismo, de que o ontologista não deve postular entidades (como o substrato despído) que não podem ser objetos da experiência direta ou imediata.

A tese empirista poderia ser simplesmente rechaçada, mas é curioso que muitos partidários da teoria do substrato (como Locke, o jovem Russell e Bergmann) têm simpatia pelo programa empirista. Estes, então, argumentam que é possível ter acesso empírico [*empirical awareness*] ao substrato despído, justamente quando dois objetos indiscerníveis são apresentados para nós (Allaire, 1963, p. 288). Porém, tal tentativa dos teóricos do substrato é difícil de sustentar, de forma que, para eles, [121] seria melhor considerar que o empirismo rigoroso é incompatível com a investigação metafísica.

Outra crítica contra a teoria do substrato é de que ela seria contraditória (Sellars, 1963), pois afirmaria que aquilo que possui atributos (o substrato) não possui atributos. A resposta dada é que os substratos não são despídos por carecerem de atributos, mas porque *em si mesmos* não têm atributos, ou seja, nenhum de seus atributos figura em sua identidade, fazem parte de sua *essência*.

Em suma, para os teóricos do substrato, há coisas que não têm atributos essenciais (ou seja, o substrato). Mas e o atributo de não possuir atributos: isso não seria essencial ao substrato? [122] E não haveria atributos – como “ser idêntico a si mesmo”, ou “ser vermelho ou não vermelho” – que são essenciais para todas as coisas, inclusive substratos?

Assim, os substratos não seriam verdadeiramente despídos. Isso sugere talvez que haveria constituintes mais básicos ainda, e assim por diante, *ad infinitum*, o que eliminaria a

noção de substrato despido. [123] Por outro lado, os atributos essenciais para um substrato parecem ser precisamente aqueles essenciais para qualquer outro substrato. Assim, os diferentes substratos seriam qualitativamente indiscerníveis, mas então o que os faria numericamente distintos? Para evitar esses problemas, os teóricos do substrato têm que insistir que o substrato é despido, sem essências, apesar das dificuldades conceituais que isso acarreta.

3.6. Substâncias Aristotélicas

[124] Em alguns trechos de sua obra, Aristóteles se aproxima da teoria do substrato, mas uma outra posição, mais proeminente, aparece em diversos textos, posição essa que é distinta das duas vistas neste capítulo. Trata-se da tese de que há particulares complexos fundamentais, tipicamente os seres vivos, cuja essência é dada por seu gênero. Aristóteles inaugura esta tradição nas *Categorias* 5, e ela aparece também na *Física*, II.1 e 8, e Na *Metafísica* Z e Θ. Posteriormente ela é complicada com a noção de que particulares são complexos de matéria e forma. Autores contemporâneos que defenderam versões da abordagem aristotélica são Elizabeth Anscombe (1964), Peter Strawson (1959, parte I), David Wiggins (1980), Michael Loux (1978a, cap. IX), Peter Van Inwagen (1990) e Joshua Hoffman & Gary Rosenkrantz (1994).

Um particular complexo fundamental não poderia ser decomposto em constituintes mais fundamentais [posição próxima a do nominalismo austero]. Um argumento moderno contra isso é oferecido por Roderick Chisholm (1976, pp. 37-52), que argumenta que propriedades de um corpo, como cor, forma ou peso, não são elementos qualitativos com existência independente, mas são o resultado da interação de particulares concretos, como focos de luz, posição espacial relativa ou instrumentos de medição. [125] Seria um erro categorial considerar que atributos são partes de um particular.

Por outro lado, os aristotélicos concordam com o teórico do feixe de que o “ser” de um particular concreto está associado a seus atributos, que para Aristóteles são universais. Mas o estagirita considera que nem todos os atributos têm o mesmo estatuto: alguns seriam essenciais, outros acidentais. Além disso, discorda que tais atributos possam ser reduzidos a propriedades, pois os *gêneros* [*kinds*] também são importantes.

Um gênero, como homem, cachorro ou carvalho, é irreduzível a propriedades, e constitui um tipo diferente de universal. Particulares exemplificam um universal de gênero ao pertencerem ao gênero. Há semelhanças entre os conceitos de “gênero” e “conjunto”, mas há diferenças marcantes. A identidade de um conjunto é determinada por seus elementos, [126] ao passo que a de um gênero é anterior a seus membros. Pode-se dizer que é o gênero que determina a identidade de seus membros (e não o contrário), é o gênero que marca *o que* os seus membros são. Dizer que um particular é de um certo gênero corresponde a identificar sua essência ou ser.

Um gênero não pode ser reduzido a propriedades, apesar de um particular que pertence a um determinado gênero possuir certas propriedades por conta de pertencer ao gênero. Para os aristotélicos, é porque um particular pertence a um gênero que ele possui propriedades, e não o contrário.

[127] Feita a distinção entre propriedades essenciais e acidentais (contingentes), nota-se que a visão aristotélica considera que é o particular concreto que desempenha o papel de “sujeito” atribuído ao substrato (pelos partidários da teoria do substrato). Tal

sujeito, porém, não pode ser separado das propriedades essenciais (como é feito com o substrato despido), apesar de poder ser separado das suas propriedades acidentais. “Retire o *homem* de Sócrates e não sobra nada que possa ser o sujeito de qualquer coisa.”

O *essencialismo* aristotélico é um meio termo entre a teoria do feixe e a do substrato. Para o teórico do feixe, todos os atributos de uma coisa são necessários ou essenciais para ela: é a posição *ultra-essencialista*. Para a teoria do substrato, [128] nenhuma propriedade é essencial para o sujeito (o substrato despido): eis uma posição *anti-essencialista*.

[129] Os teóricos do feixe que consideram que propriedades sejam universais (e não tropos) enfrentam um problema (conforme foi visto) com a possibilidade de haver particulares numericamente distintos que sejam indiscerníveis, ao compartilharem todas as suas propriedades puras. Os aristotélicos escapam desse problema ao argumentar que os gêneros (ao contrário das propriedades) são tais que sua instanciação múltipla resulta em particulares numericamente distintos. [130] Em outras palavras, seria um fato ontológico fundamental relativo aos particulares que, ao instanciarem seu gênero, tornam-se numericamente distintos. Diz-se então que homem, cachorro, carvalho são universais individuativos [em inglês, isso também recebe o nome de *sortal*].

O gênero, que fornece a essência do particular concreto, é uma forma irreduzível de ser; assim, também o particular concreto é irreduzível. [131] Para salientar isso, Aristóteles chamou o particular concreto de *substância* [primeira]. Porém, o termo “substância” não deve ser conectado com “substrato”, apesar da etimologia similar. Para evitar confusão, Loux sugere usar o termo grego “ousia” ao invés do latim “substantia”.

Aristóteles, porém, não considerava que todo particular fosse uma substância. Para ele, os seres vivos eram substância, e talvez os elementos básicos do mundo físico: fogo, ar, água e terra. Assim, não seriam substância fundamental os universais sob os quais se enquadram artefatos (como automóvel, relógio, computador), papéis ou estágios (como carpinteiro, presidente, larva ou semente) e agregados (como montanha, lago, buquê). Os gêneros biológicos seriam *gêneros naturais básicos*. [132]

A teoria aristotélica esboçada aqui pode ser chamada de *teoria substancial* [*substance theory*] de particulares concretos. Para torná-la mais completa, quatro pontos adicionais podem ser considerados. Primeiro, um ser vivo, como Sócrates, não pertence a apenas um gênero, mas a uma hierarquia de gêneros: homem, primata, mamífero, vertebrado, etc. O que forneceria a essência completa de um particular seria sua *espécie ínfima*, ou seja, o gênero mais baixo de sua hierarquia, que no caso de Sócrates é homem.

O segundo ponto é que a essência de um particular concreto, para Aristóteles, é geral, sendo compartilhada pelos outros membros do gênero. Outros filósofos discordam disso, como Leibniz, para quem cada particular teria sua própria *essência individual*, como as que vimos anteriormente (as hecceidades), como “ser idêntico a Sam”. O “essencialismo leibniziano” argumenta que há problemas filosóficos que sua postura resolve, mas que o essencialismo aristotélico não conseguiria resolver.

[133] O terceiro ponto é que, para os aristotélicos, nem tudo o que chamamos particular concreto de fato seria. Modernamente, van Inwagen (1990, pp. 98-114) argumentou que os únicos entes materiais existentes seriam seres vivos e entidades físicas simples. O próprio Aristóteles, porém, reconhecia que outros tipos de particulares “existiriam”, mas apenas em um sentido secundário.

O quarto ponto é que as substâncias têm uma estrutura física complexa (com exceção dos entes simples da física), [134] o que levanta a questão do *reducionismo*. Um

ser vivo não poderia ser reduzido a partes físicas ou a comportamentos básicos? Aristóteles respondeu que não, pois um rim, que seria uma parte de um ser vivo, teria sua essência vinculada à sua função no organismo como um todo. Tal argumento não funcionaria para as partes físicas mais simples, como átomos ou partículas elementares. Estas, em isolamento, teriam uma essência própria; mas, argumenta Aristóteles, ao entrar na composição de um ser vivo, elas teriam seu estatuto ontológico rebaixado, tornando-se substâncias virtuais ou potenciais (*Metafísica* Z.16, H.5-6), que têm a *potencialidade* de existirem fora do contexto orgânico enquanto substâncias completas. [135] Aristóteles também apontou que um ser vivo é essencialmente *teleológico* (*Física* II.1 e 8), visando fins, fato que não ocorre para entes físicos simples. Para ele, os projetos reducionistas de Demócrito (cujos simples eram átomos) e Empédocles (cujos simples eram os quatro elementos) não poderiam explicar a teleologia dos seres vivos. [136-8: Notas do capítulo.]

...

[Pulam-se o cap. 4, “Proposições e seus Vizinhos”,
e o cap. 5, “O Necessário e o Possível”.]

...

6. PARTICULARES CONCRETOS II: PERSISTÊNCIA ATRAVÉS DO TEMPO

6.1. Duas Teorias de Persistência – Durantismo e Perdurantismo

[216] Particulares concretos vêm a existir em um certo tempo, existem por um período de tempo, e depois deixam de existir. No caso de pessoas, a experiência que temos do mundo sugere fortemente que somos a “mesma pessoa” com o passar do tempo: eis uma afirmação de “mesmice diacrônica” [*diachronic sameness*]. Há filósofos céticos que negam a mesmice diacrônica de pessoas e/ou de objetos, mas seus pressupostos parecem menos críveis do que a tese que pretendem minar. Supondo, então, que objetos de fato persistem através do tempo, a questão é: o que está envolvido nessa persistência? Há duas respostas básicas a esta questão.

O *durantismo* [*endurantism*; também chamado de “continuantismo” ou “teoria continuante”] defende que o particular concreto que persiste no tempo existe integralmente em cada instante de tempo; ou seja, a coisa existente em um tempo é numericamente idêntica à coisa em outro tempo.

[217] O *perdurantismo* [*perdurantism*; também chamado de “teoria das partes temporais” ou “teoria quadridimensional”] considera que a referência a uma coisa existindo ontem e à coisa existindo hoje não indica identidade numérica mas, pelo contrário, indica *partes* numericamente diferentes de um particular concreto. Tais partes seriam “partes temporais” ou “fatias temporais” de um particular concreto, também chamadas “fases” ou “estágios”. Assim, o particular concreto seria um *agregado* de suas partes temporais. Defesas do perdurantismo foram apresentadas por Williams (1951), Quine (1954, “Identidade, ostensão e hipóstase”), Lewis (1976; 1986, pp. 202-5), Armstrong (1980) e Mark Heller (1990). A visão padrão do durantismo é apresentada por Trenton Merricks (1994).

O durantismo, por contraste, rejeita as partes temporais e vê o particular concreto como existindo inteiramente nas três dimensões espaciais, em um certo instante, e não em quatro dimensões como o perdurantista. Para este último, o tempo é a quarta dimensão física na qual o particular também se estende, como se fosse uma dimensão espacial. [218] As “partes” de um particular incluiriam tanto suas partes espaciais quanto temporais. Ambas são igualmente reais; ou seja, um objeto no passado tem o mesmo estatuto existencial que um objeto no presente: ambos são partes do particular.

A relação entre o todo e a parte temporal seria análogo ao caso espacial. Podemos dizer que um objeto ao longo da semana consiste de partes, cada qual persistindo por um dia, e que cada uma dessas partes também é um agregado de partes menores, com uma hora cada, e assim por diante. [219] A questão de se existe uma parte de tempo que é instantânea é um ponto de discussão (ver Heller, 1990, p. 6). Haveria também partes temporais que se sobrepõem [*overlap*]. Isso parece sugerir que a divisão em partes temporais é subjetiva, e não uma divisão real. Os perdurantistas, novamente, consideram que a situação é análoga à das partes espaciais. [Esse é o problema envolvido em alguns dos paradoxos de Zenão.] [220]

6.2. Duas Teorias do Tempo – Presentismo e Eternalismo

As duas posições vistas acima refletem concepções diferentes a respeito da natureza do tempo. Durantistas tipicamente são *presentistas* (exceções são Sally Haslanger, 1989, e Mark Johnston, 1987), ou seja, defendem que só teria existência o que existe no presente. Coisas que deixaram de existir não têm realidade, nem as que virão a existir. Porém, os presentistas atribuem significado ontológico aos *tempos verbais* [*tenses*]. [221] Assim, o que deixou de existir *foi* real, *existiu* de fato. O que virá *será* real, *existirá*.

Por contraste, os perdurantistas são tipicamente *eternalistas*, ou seja, defendem que o presente não tem estatuto ontológico diferente do passado ou do futuro. Para eles, todos os tempos e todas as coisas existentes nesses tempos “são” igualmente reais, onde o verbo ser é usado em uma forma independente do tempo verbal [*tenseless form*]. Como mencionado na seção anterior, o tempo seria apenas uma dimensão adicional na qual os objetos se estendem, e esta extensão [*spread*] é a ordem temporal do mundo, dada pelas relações de “anterior a”, “simultâneo a” e “posterior a”. Pode-se dizer que tanto Dilma Rousseff quanto Getúlio Vargas “existem”, cada qual à sua época; pode-se também dizer que a Revolta da Farroupilha “ocorre”.

Para o eternalista, expressões como “agora” ou “o presente” são díticos (ver seção 5.4). Um dítico é uma expressão cuja referência depende do contexto no qual é enunciado; o dítico “agora”, no instante em que é enunciado, seleciona este instante como sua referência. [222] Dizer que um evento está no passado não seria denegri-lo, mas apenas dizer que ele ocorre antes do instante em que o enunciado é proferido.

Alguns eternalistas mais recentes (David Mellor, 1981) discordam com a visão eternalista tradicional de que todas as sentenças expressas em tempos verbais sejam traduzíveis em uma linguagem sem tempos verbais [*tenseless language*], mas a existência de verdades expressas em tempos verbais [*tensed truths*] seria consistente com uma metafísica de fatos em um mundo sem tempos verbais. [223]

Há assim uma conexão entre a concepção durantista de tempo – o presentismo – e a análise durantista da persistência através do tempo. E há também uma conexão entre a concepção perdurantista do tempo – o eternalismo – e sua doutrina das partes temporais. Os

perdurantistas, inclusive, salientam que não devemos pensar na dimensão temporal como completamente separada da espacial, mas que devemos falar de “espaço-tempo” e de propriedades espaço-temporais. Cada objeto concreto persistente pode ser pensado como uma “minhoca espaço-temporal”. No entanto, alguns eternalistas, como Mellor (1981), não defendem a doutrina das partes temporais. [224]

Há uma analogia entre esta discussão e aquela travada, com relação à modalidade, entre o “possibilismo” de David Lewis e o “atualismo” de Alvin Plantinga (cap. 5). Lewis defende que todos os mundos possíveis são igualmente reais, o que é análogo à tese perdurantista com relação ao tempo; e a recusa de Plantinga de aceitar objetos que não estejam presentes no mundo atual é análoga à insistência do durantista de que só o que existe agora existe realmente.

Além disso, assim como a visão “democrática” de Lewis a respeito do estatuto ontológico dos mundos recusa a teoria dos “indivíduos transmúndiais” (seção 5.4), em que indivíduos existentes no mundo atual poderiam ser numericamente idênticos a indivíduos em outros mundos possíveis, assim também o perdurantismo não toma as partes temporais de uma minhoca espaço-temporal como sendo idênticas entre si. Em analogia com a visão perdurantista, poder-se-ia dizer que a concepção de Lewis sobre um “indivíduo modal” é agregativa, ou seja, a Dilma modal – a Dilma em sua gama completa de possibilidades – seria um tipo de agregado da Dilma atual e de suas contrapartidas em outros mundos possíveis.

[225] A resposta de Plantinga é análoga à dos durantistas: o indivíduo “modalmente carregado”, para quem há todo tipo de possibilidade não realizada, não é nada mais do que o indivíduo em particular, de nosso mundo atual. Sua identidade através dos mundos é análoga à identidade através dos tempos dos durantistas. Para estes, é um fato não-analisável e não-problemático que particulares concretos podem permanecer literalmente idênticos através do tempo.

Essas analogias podem ser articuladas em termos de “quadros” [*frames*] que compõem um “quadro geral” [*framework*]. Quer o quadro seja temporal ou modal, temos dois pontos de vista antagônicos: ou se atribui realidade apenas para um quadro privilegiado, aceitando-se que um indivíduo possa ser literalmente idêntico a itens em outros quadros, ou se atribui o mesmo estatuto ontológico para todos os quadros, negando que um indivíduo existente em um quadro seja literalmente idêntico a itens em um outro quadro.

Muitos filósofos tratam o quadro geral dos mundos possíveis e do tempo de maneiras opostas. Armstrong (1980, 1989b), por exemplo, é atualista sobre mundos possíveis, mas adota uma teoria eternalista do tempo. Loux não conhece nenhum possibilista presentista, [226] mas tal posição não é incoerente. Lewis e Plantinga, porém, tratam os dois quadros gerais de maneira paralela (ou seja, o primeiro é um possibilista eternalista, ao passo que o segundo é um atualista presentista).

6.3. A Ontologia do Perdurantismo

Filósofos perdurantistas levam adiante sua ontologia, e admitem a existência de indivíduos contra-intuitivos. Considere um objeto, a ser chamado de ‘Atanásio’, que consiste das seguintes partes temporais: o Loux de ontem; o Big Ben de 15 de janeiro de 1914, entre o meio-dia e a meia-noite; o Estádio de Wembley entre as 14 e 15 hs. De 12 de

maio de 1954; e os dois terços superiores dos Sears Towers em Chicago, no dia de Natal de 1994. [227] Da mesma maneira em que se pode pensar em um objeto estendido temporalmente como sendo divisível de diferentes maneiras, inclusive em partes infinitesimais, pode-se também pensar em infinitas maneiras de combinar partes temporais e espaciais, mesmo que separadas. Esses perdurantistas (como Heller, 1990, pp. 49-51) consideram legítimas qualquer “análise ontológica” (divisão em partes espaço-temporais) e qualquer “síntese ontológica” (inclusive de partes desconexas).

Como há matéria nas regiões espaço-temporais ocupadas por Atanásio, pode-se dizer que Atanásio é um objeto material, mesmo que *espalhado* [*scattered*]. [228] O fato de ser espalhado, por si só, não deveria influir no estatuto ontológico de Atanásio, pois pode-se argumentar que objetos familiares, como gatos, nada mais são do que núcleos atômicos e elétrons espalhados pelo espaço vazio. Surge assim a questão (Armstrong, 1980, pp. 67-8; Lewis, 1976, pp. 202-5) de estabelecer o que caracterizaria os objetos espaço-temporais que reconhecemos como “coisas”. [229]

A resposta dos perdurantistas é que os objetos que reconhecemos como coisas possuem *relações* específicas, de proximidade espaço-temporal, de semelhança e de natureza causal. [Um objeto material espalhado, como Atanásio, tem descontinuidades espaciais atípicas para uma “coisa”, não possui as relações causais apropriadas entre suas partes (cada parte pode rumar numa direção diferente), e nem tem relações de semelhança entre as partes; tais relações de semelhança (junto com as causais) fortalecem, por exemplo, nossa intuição de que um enxame de abelhas é uma “coisa”.] Um particular concreto familiar que persiste no tempo é um agregado de partes temporais relacionado por tais propriedades. [Atanásio seria um “objeto material”, mas não uma “coisa” ou “particular concreto”.]

Os durantistas discordam da visão quadridimensional do mundo, negando que possa haver objetos materiais espalhados. [230] Sua atitude lembra a reação dos substancialistas aristotélicos (seção 3.6), que negam que uma totalidade possa ser analisada em constituintes metafísicos, como querem os teóricos do feixe e os do substrato. De maneira semelhante, os durantistas negam o discurso que fala em partes e agregados temporais. [Há uma diferença, porém, pois os durantistas nem aceitam a existência de objetos estendidos no tempo; outra posição “holista” (como a aristotélica), consistente com o perdurantismo, seria aceitar minhocas espaço-temporais, mas negar que possam ser analisadas em partes.] Além disso, os durantistas consideram que a noção de identidade diacrônica é primitiva, assim como os aristotélicos consideram o particular concreto como sendo primitivo. Nota-se, porém, que a doutrina das partes temporais não é “reduziva”, no sentido de reduzir uma categoria ontológica a outra (como nas teorias do feixe e do substrato), pois a minhoca espaço-temporal e suas partes temporais teriam o mesmo estatuto ontológico.

Historicamente, substancialistas aristotélicos têm defendido o durantismo, apesar de tal ligação não ser necessária. [231] Uma razão para essa proximidade entre as duas concepções está em que ambas levam à sério a ontologia de nossa experiência pré-filosófica, que faria um bom trabalho em “cortar a realidade em suas juntas”.

6.4. Um Argumento para o Perdurantismo – Mudança de Propriedades

[232] A concepção perdurantista era bastante popular nos anos 60 (Adolf Grünbaum, 1967; Hilary Putnam, 1967), sustentada pela teoria física da relatividade, que

trata as dimensões espacial e temporal de maneira unificada [matematicamente, a diferença está no número imaginário i que multiplica a dimensão temporal]. Hoje em dia, os perdurantistas buscam sustentação em outras bases, argumentando que sua concepção é próxima às nossas crenças pré-científicas, e que ela não sofre as dificuldades que os durantistas enfrentam com o *problema da mudança*, ou seja, a explicação de como a identidade pode se manter diante de alterações.

[233] O primeiro argumento contra o durantismo é mais geral que o segundo, e envolve o Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos. Por exemplo, considere um aluno, Henry, que é bronzeado no verão e branquela no inverno. Como se pode afirmar que eles sejam numericamente idênticos, se têm propriedades diferentes? Isso violaria o Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos (visto no cap. 5, e que é o inverso do Princípio da Identidade dos Indiscerníveis, visto no cap. 3), que diz que, dados dois objetos a e b , se a for idêntico a b , então para qualquer propriedade ϕ , ϕ é uma propriedade de a se e somente se ϕ for uma propriedade de b .

Tal princípio não é violado no perdurantismo, pois, no exemplo do aluno, Henry-no-verão não é idêntico a Henry-no-inverno, pois são partes distintas do agregado temporal de partes relacionadas que chamamos ‘Henry’.

A resposta durantista evita a violação do Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos argumentando que as propriedades em questão são, na verdade, diferentes: ‘estar bronzeado no verão’ é diferente de ‘estar bronzeado no inverno’, e Henry possui a primeira mas não a segunda. Em outras palavras, devemos levar em conta *propriedades indicadas no tempo* (comparar com seção 5.4), ou seja, aquelas envolvendo díticos (seção 6.2).

[235] Lewis (1986, pp. 202-5) criticou esta posição, dizendo que ela implicava que não seria possível para o durantista dizer simplesmente que ‘Henry é bronzeado’. A resposta durantista (Merricks, 1994) é de que quando um dítico temporal é usado, como na expressão ‘uma coisa, x , tem a propriedade ϕ no tempo t ’, na verdade, o que se quer dizer é que quando t está (esteve ou estará) presente, ‘ x tem (teve ou terá) ϕ ’. Em suma, os durantistas afirmam que se prestarmos atenção aos tempos verbais, o exemplo de Henry não viola a Indiscernibilidade dos Idênticos. O erro do argumento de Lewis seria pressupor uma noção eternalista do tempo, o que não é feito pelo durantista. [236] Para este, dizer que uma coisa tem uma propriedade indicada no tempo pode ser analisada em termos de tempos verbais, levando a uma propriedade que não é indicada no tempo.

Essa discussão é análoga àquela travada entre Lewis e Plantinga, com relação à questão da identidade em mundos possíveis.

6.5. Um Segundo Argumento para o Perdurantismo – Mudança nas Partes

[237] O segundo argumento contra o durantismo é que esta concepção não conseguiria explicar adequadamente a mudança nas partes de objetos familiares. Como explicar que eu mantenho minha identidade, se estou constantemente perdendo e ganhando moléculas?

Após tecer alguns comentários gerais sobre o princípio a ser usado no argumento, o da Indiscernibilidade das Partes do Idêntico, Loux [238] fornece um exemplo para esclarecer a questão, baseado em Heller (1990, pp. 2-4, 19-20).

Considere Descartes antes e depois de um certo instante t , quando sua mão esquerda teria sido amputada. Antes de t , haveria ‘Descartes-antes-de- t ’, mas haveria também um “Descartes-Menos”, que seria aquela coisa que é todo Descartes com exceção de sua mão esquerda. Refiramo-nos a esta coisa, antes de t , como ‘Descartes-Menos-antes-de- t ’. [Esta entidade não é uma versão possível da pessoa Descartes, mas é uma *parte* de Descartes, um conglomerado de matéria que não constitui propriamente uma “pessoa”.]

A sobrevivência de Descartes à amputação leva a ‘Descartes-após- t ’, e o durantista defende a seguinte tese:

(1) Descartes-antes-de- t é numericamente idêntico a Descartes-após- t .

Não teria sido só Descartes quem teria sobrevivido à amputação, mas também ‘Descartes-Menos’. O durantista seria levado a dizer que [238]:

(2) Descartes-Menos-após- t é numericamente idêntico a Descartes-Menos-antes-de- t .

Por outro lado, não haveria diferença alguma entre Descartes-após- t e Descartes-Menos-após- t , pois compartilham todas as suas partes, e qualquer ação exercida sobre um será também exercida sobre o outro:

(3) Descartes-após- t é numericamente idêntico a Descartes-Menos-após- t .

Os três enunciados envolvem identidade numérica, que é uma propriedade reflexiva ($x=x$), simétrica ($x=y$ implica $y=x$) e transitiva ($x=y$ e $y=z$ implica $x=z$). Aplicando a *transitividade* aos enunciados (1), (3) e (2), conclui-se que:

(4) Descartes-antes-de- t é numericamente idêntico a Descartes-Menos-antes-de- t .

Porém, sabemos que (4) é falsa, pois Descartes-antes-de- t e Descartes-Menos-antes-de- t não são indiscerníveis em suas propriedades (um tem a mão esquerda, o outro não). Portanto, o Princípio da *Indiscernibilidade das Partes dos Idênticos* nos diz que:

(5) Descartes-antes-de- t não é numericamente idêntico a Descartes-Menos-antes-de- t .

Os enunciados (4) e (5) são contraditórios.

O perdurantista escapa do problema ao recusar os enunciados (1) e (2) Descartes-antes-de- t é uma parte temporal distinta de Descartes-após- t . Assim, aceitam (3) mas rejeitam (4).

[241] Diferentes durantistas, porém, também rejeitam algumas dessas teses. Chisholm (1973), por exemplo, defende o que chama de doutrina do *essencialismo mereológico*, segundo a qual qualquer parte de uma coisa l he é essencial ou necessário. [Isso lembra o ultra-essencialismo da teoria do feixe, seção 3.6, mas a afirmação aqui não é que todas as *propriedades* sejam essenciais para o particular concreto, mas que todas as suas *partes* o são.] Assim, um objeto não pode permanecer idêntico com mudanças em suas partes. Esta posição rejeitaria o enunciado (1), apesar de aceitar o (2), o que é suficiente para escapar da contradição vista.

Este argumento, porém, se aplicaria para objetos inanimados [como o navio de Teseu], mas não para pessoas, como Descartes. Chisholm articula sua posição distinguindo dois sentidos nos quais se pode dizer que uma coisa, *a*, é a *mesma* que uma coisa, *b*. Há o sentido “estrito e filosófico” [*strict and philosophical*] e o sentido “vago e popular” [*loose and popular*]. O sentido estrito e filosófico de “mesmo” exprime a identidade numérica, [242] e nesse sentido uma coisa que perde ou troca uma parte deixa de ser a mesma coisa. Chisholm argumenta, porém, que isso é compatível com a noção vaga e popular de “mesmo”, que se aplica para objetos cuja variação é pequena. Esta noção vaga e popular de “mesmo” não requer a identidade das partes. Chisholm fornece critérios que nos dizem quando uma coisa permanece a mesma, no sentido vago e popular.

Uma *pessoa*, porém, seria para Chisholm um objeto que mantém sua identidade através do tempo também no sentido estrito e filosófico. Isso porque nossa vida mental exibe uma unidade de consciência que seria inexplicável se fôssemos meramente uma sequência de entes numericamente distintos. Nosso *corpo*, por outro lado, seria um objeto com identidade através do tempo apenas no sentido vago e popular. O que seríamos nós, afinal, se não somos nosso corpo orgânico? Uma possibilidade seria que sejamos uma coisa não-física, imaterial e espiritual, algo que não teria partes que se pudessem perder. Chisholm (1989, “Is there a mind-body problem?”), porém, [243] gostaria que sua posição fosse também consistente com uma postura *materialista*, que considera que uma pessoa humana seja um objeto físico. Assim, aventa a possibilidade de que uma “pessoa” seja um objeto microscópico localizado no cérebro. Tudo que o essencialismo mereológico exigiria é que esse objeto não perdesse quaisquer de suas partes ao longo da vida da pessoa.

Assim, no exemplo de Descartes, se Chisholm encarar “Descartes” como a pessoa ‘Descartes’, então ele aceitaria (1), pois Descartes-após-*t* é uma pessoa que é numericamente idêntica a Descartes-antes-de-*t*. Porém, ele rejeitaria o enunciado (3), pois Descartes-Menos não seria uma pessoa, mas uma porção complexa de matéria; Descartes-Menos mantém sua identidade apenas no sentido vago e popular, e assim não poderia ser idêntico a uma pessoa como Descartes, que mantém sua identidade no sentido estrito e filosófico. Por outro lado, se quisermos manter (3), Descartes teria que ser considerado apenas enquanto um corpo orgânico, e nesse sentido o enunciado (1) seria falso, pois não se trataria mais de uma identidade no sentido estrito e filosófico.

O durantista, assim, pode utilizar a versão de Chisholm do essencialismo mereológico para rejeitar o enunciado (4). [244] Outra saída seria adotar a estratégia sugerida por Peter Geach (1967), que nega que haja uma única noção de identidade numérica que se aplicaria para tudo. Para ele, dizer que ‘*a* é o mesmo que *b*’ só faria sentido se especificássemos a que gênero a mesmice se refere. “Ser o mesmo humano” é diferente de “ser o mesmo cachorro”. Por exemplo, suponha que alguém tenha dois cargos públicos: ele é prefeito da cidade de Loogootee e presidente da câmara municipal de Chicasaw. Assim, seria verdade que ‘o prefeito de Loogootee é a mesma pessoa que o presidente da câmara municipal de Chicasaw’, mas seria falso que ‘o prefeito de Loogootee é o mesmo personagem oficial que o presidente da câmara municipal de Chicasaw’.

Aceitando-se essa concepção, está claro que a relação de transitividade só valeria para uma noção de identidade envolvendo um mesmo gênero. Mas, na contradição enumerada acima, o enunciado (4) só se segue por causa da aplicação da transitividade para diferentes gêneros. O enunciado (1) seria que ‘Descartes-antes-de-*t* é a mesma pessoa que Descartes-após-*t*’, mas o enunciado (2) seria que ‘Descartes-Menos-após-*t* é o mesmo conglomerado de matéria que Descartes-Menos-antes-de-*t*’.

Uma terceira saída para o durantista é simplesmente negar o enunciado (3), argumentando que Descartes-após-*t* e Descartes-Menos-após-*t* não podem ser idênticos, pois possuem histórias diferentes. Esta solução, porém, precisa admitir que dois particulares numericamente distintos possam ocupar a mesma posição espaço-temporal (ver David Wiggins, 1980, pp. 30-5). Por exemplo, um objeto familiar e o conglomerado de matéria [*clump of matter*] associado são distintos, porém ocupam a mesma região espacial no mesmo tempo. [245]

Uma última saída para o durantista é negar que possa haver algo como Descartes-Menos, ou seja, negar (2). Esta é a posição de Van Inwagen (1981), que na verdade foi quem introduziu este exemplo de “Descartes-Menos”, justamente para mostrar o absurdo em se supor a possibilidade de existência de semelhante conglomerado de matéria.

Vemos pois que o durantista tem várias saídas para o argumento de Heller. Os perdurantistas alegam que tais saídas são contra-intuitivas, negando que pessoas sejam um alma cartesiana ou um região imutável do cérebro, alegando que a teoria da identidade de Geach vai contra um princípio central da lógica, negando que haja objetos distintos que coincidem em suas coordenadas espaço-temporais e reafirmando que não há nada de errado com a tese de que existam conglomerados de matéria que sejam partes de particulares concretos.

[247] Por seu turno, os durantistas contra-atacam, criticando a doutrina das partes temporais. Por exemplo, é razoável dizer que Winston Churchill poderia ter vivido um dia a mais, ou que ele poderia estar em um lugar diferente em certo momento. Segundo Van Inwagen (1981), a concepção perdurantista diria que tais possibilidades são falsas. [248-9: Notas do capítulo.]